



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano 41 nº 368 - Abril / 2010

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595

ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

ROYALTIES DO PETRÓLEO:

ERRO GRAVE DE GOVERNADORES PREJUDICA RIO DE JANEIRO E O BRASIL

O Pré-Sal pode transformar o Brasil num país rico e respeitado, desde que saiba exercer a sua soberania com dignidade

Fernando Leite Siqueira

Quando o Presidente Lula enviou os quatro projetos de mudança do marco regulatório do petróleo, ele pretendia corrigir um erro crasso do Governo FHC: a Lei 9478/97, cujo artigo 26 estabelece que, através do contrato de concessão, 100% do petróleo seria de quem o produzisse. Dizia mais: o dono do petróleo teria que dar, no máximo, 40% do lucro líquido para a União Federal, ou seja, 20% da produção total, em dinheiro. No mundo, os países exportadores ficam com a média de 84% da receita de produção. Ora, o petróleo é hoje o bem mais estratégico do planeta.

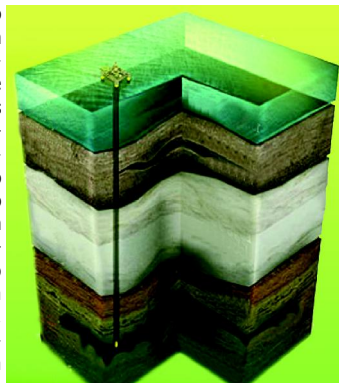
Entregar esse poder enorme às empresas estrangeiras, em detrimento do povo brasileiro, foi mais um crime de lesa-pátria do Governo FHC. Este erro precisa ser corrigido.

A proposta do Governo Lula deixava a discussão dos "royalties" para um segundo momento. E era o correto. Afinal, já estava sendo tentada a recuperação da maior parcela possível da propriedade do nosso petróleo. Os royalties eram somente de 5% a 10%.

Numa segunda discussão, o Estado do Rio de Janeiro poderia colocar na mesa, como um grande trunfo, o fato de lhe ter sido tirado, na Consti-

tução de 1988, o direito de ficar com o ICMS da produção, distorção que representa perdas de cerca de R\$ 8 bilhões por ano, conforme cálculos do secretário Julio Bueno. Era um trunfo extraordinário que permitiria ao Rio, fazendo justiça aos demais estados, não ser prejudicado. E ainda teria a chance de reivindicar o ICMS, que lhe havia sido tomado.

Ocorre que os Governadores Sérgio Cabral e Paulo Hartung,



deliberadamente, desviaram a discussão do tema principal.

Continua na pág. 03

ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE (AMS)

A diretoria da AEPET aprovou a criação de um Grupo de Trabalho para discutir e apresentar propostas de melhoria do Sistema e com isso tornar novamente a AMS uma importante ferramenta de valorização de Recursos Humanos da Petrobrás. 4

SOLUÇÃO MELHOR PARA OS ROYALTIES É IMPOSSÍVEL

Em alternativa apresentada pela AEPET, todos os estados e municípios brasileiros ganham com os "royalties" do petróleo e a União não perde mais nada. 3

TERCEIRIZAÇÃO NA PETROBRÁS

As atividades da Petrobrás passaram, principalmente na década de 1990, por um processo de terceirização agressivo. Com os recentes processos seletivos, procurou-se reverter os excessos praticados em algumas áreas, mas o assunto continua polêmico. Para alguns, todas as atividades devem ser exercidas por funcionários próprios; para outros, apenas as que incorporam tecnologia a ser detida pela companhia. De qualquer forma, enquanto esta discussão perdurar, os contratos de prestação de serviços devem ter uma norma de conduta que proteja a Petrobrás de prejuízos e danos.

Irregularidades

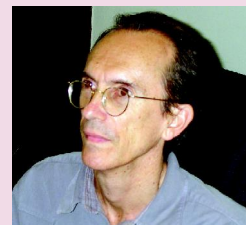
Não é incomum os contratos passarem de uma empresa a outra, após o processo de licitação, mantendo o mesmo grupo de empregados. A decisão também interessa à Petrobrás, por poder continuar contando com uma equipe já treinada e avaliada ao longo do contrato anterior.

A companhia tem procurado aperfeiçoar o processo, em vista de problemas que ocorreram no passado, como não recolhimento do INSS, FGTS, além de pagamentos dos salários e outras vantagens devidas aos empregados pela firma contratada. Estas dívidas acabam recaindo sobre

ela, pois muitas vezes a firma contratada pede falência e encerra suas atividades.

Um fato que tem se repetido nos termos dos contratos é a empresa prestadora dos serviços tentar induzir o empregado a pedir demissão, como condição para ser reaproveitado nos quadros da empresa que a sucederá. Ocorre que, muito frequentemente, a empresa antiga e a que assumirá os trabalhos pertencem a um mesmo grupo de proprietários. Houve caso em que ocorreu demissão, apenas 15 dias após o pedido de desligamento sugerido e, ainda mais grave, o fiscal do contrato da

Diomedes Cesário da Silva
(diretor da AEPET)



Petrobrás também ter sido aconselhado a pedir desligamento. O empregado perdeu direitos trabalhistas e o próprio posto de trabalho. Continua na pág. 04

"LEILÃO É PRIVATIZAÇÃO: O PETRÓLEO É E TEM QUE SER NOSSO"

Centenas de pessoas compareceram ao Clube de Engenharia, no dia 22/03, para somar forças à campanha "Leilão é Privatização: O Petróleo é e tem que ser nosso". 3

Conselho Deliberativo da AEPET analisa política de RH da Petrobrás

(Página 4)



Editorial

UMA EMENDA DESASTROSA

Quando o Governo Lula soube da magnitude do Pré-Sal, retirou 41 blocos do nono leilão e criou um Grupo de Trabalho para reestudar a legislação do petróleo. Estava correto. A legislação em vigor foi feita no auge do neoliberalismo e criou vantagens imensas para as empresas privadas, inclusive multinacionais, sob o argumento de atrair capital estrangeiro de risco: dá a elas 100% do petróleo produzido e permite que elas paguem ao governo, no máximo 20% da produção, em dinheiro. No mundo, os países exportadores recebem a média de 84%, em óleo. Se aplicada ao Pré-Sal a atual lei [9478/97] é um crime de lesa-pátria: o Pré-Sal não tem riscos e tem altíssimo retorno. O Governo enviou o projeto de lei propondo contrato de partilha para substituir o de concessão, visando recuperar parte da propriedade do petróleo, que é a fonte do poder. O projeto trouxe grandes avanços, embora ainda permita os leilões, o que é ruim para o País. Eis que, sem nenhuma justificativa, o relator (Deputado Henrique Alves) introduziu um parágrafo que diz que o consórcio recebe de volta, em óleo, os "royalties" que pagar. Ora, nestas condições o consórcio deixa de pagar os royalties e ainda é ressarcido em petróleo, que é a fonte do poder. Essa "doação" representa um prejuízo de US\$ 15 bilhões (R\$ 25 bi) anuais para o País, hoje, e será de US\$ 30 bilhões em 2020. É um estrago 10 vezes maior que a emenda Ibsen. Estamos tentando corrigir essa excessividade através de uma emenda do Senador Pedro Simon do PMDB-RS, bem como corrigir a emenda Ibsen.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Fernando Siqueira
Vice-Presidente: Pedro da Cunha Carvalho
Diretor Administrativo: Henrique Sotoma
Vice-Diretor Administrativo: Gilbert Prates
Diretor de Comunicações: Roldão Marques Fernandes
Vice-Diretor de Comunicações: Diomedes Cesário da Silva
Diretor de Assuntos Jurídicos: Paulo Teixeira Brandão
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: David Garcia de Souza
Diretor de Pessoal: Sílvio Sinedino Pinheiro
Vice-Diretor de Pessoal: Ronaldo Tedesco Vilardo
Diretor Cultural: João Victor Campos
Vice-Diretor Cultural: Felipe Campos Cauby Coutinho

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Bevilacqua Neto, Clóvis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Cavalho / Pernambuco: Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Toniello

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magaiter@globo.com
Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Monitor Mercantil
Tiragem: 16.500 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br
Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

2 AEPET Notícias

COLUNA DO ASSOCIADO

"LISTA PÓS-82": PETROLEIROS DISCUTEM COMO ELIMINAR LIMITE DE CONTRIBUIÇÃO À PETROS

Dando continuidade às demandas do grupo Pós-82, o diretor de Pessoal da AEPET, Sílvio Sinedino, participou de uma reunião promovida pela AEPET-NS, em Natal (Rio Grande do Norte), no dia 25/03/10. Na oportunidade, entre outras questões, foi debatido como eliminar o limite da contribuição para a Petros por parte do referido contingente de petroleiros.

Sinedino agradeceu às lideranças da AEPET-NS pela receptividade, bem como aos demais petroleiros que compareceram à reunião de forma ativa. "Agradecemos aos companheiros da AEPET-NS pela receptividade e também os demais companheiros pela ativa participação. Foi uma das reuniões mais ricas, sobretudo pelos questionamentos levantados e sugestões apresentadas, decorrentes das discussões havidas".

Sinedino explicou que os conselheiros indicados pela Empresa têm o voto de qualidade (o de Minerva). Os três conselheiros (Paulo Brandão, Ronaldo Tedesco e Yvan Barretto), eleitos pelos participantes, garantiram que vão apresentar a proposta e seus votos favoráveis à mudança. No entanto, comple-

to Sinedino, será necessário contar com o voto dos conselheiros indicados pela Petrobrás.

Na reunião em Natal, foi avaliado que o pessoal "Pós-82" que ainda não recebe acima dos três tetos do INSS, caso se consiga a eliminação do limite, será beneficiado quando no futuro seus vencimentos superarem os 3 tetos, com a vantagem de que não terá 'serviço passado' a pagar, pois até hoje seus vencimentos não superam o teto!

Como participar da Lista "Pós-82"

Sinedino informou que, no momento, 586 petroleiros estão cadastrados na lista "Pós-82". A maioria destes tem vencimentos totais superiores aos três tetos do INSS, sendo então prejudicados pelo atual limite de contribuição à Petros. "Como mostramos na nossa Planilha de Cálculos Atuariais, esses Companheiros deverão pagar uma parcela vitalícia para a cobertura do 'serviço passado', isto é, o que deveria ter sido pago pelo participante à Petros e não foi pela existência do limite do salário de contribuição".

Neste mês de abril haverá a oportunidade de se fazer uma nova amostragem para o Cálculo Atuarial por parte da Assessoria

Atuarial do referido contingente. Nesse sentido, Sinedino pede aos petroleiros interessados em participar da Lista "Pós-82" que



enviem os seguintes dados – os que enviaram as informações, não é necessário repeti-lo:

- Matrícula Petrobrás
- Matrícula Petros
- Tempo de Serviço na Petrobrás (aí entendido o tempo de contribuição à Petros)
- Idade (em anos)
- Salário (com todas as vantagens) na Petrobrás.
- Idade do Beneficiário (cônjuge/companheiro) em anos.

Diante da urgência do assunto noticiado, Sinedino conclama aos interessados que se mobilizem e divulguem a luta, bem como pegam a todos os petroleiros "Pós-82" (e não só os que atualmente recebem acima do teto) que ingressem na nossa Lista dos "Pós-82". **Para tanto, deve ser enviada mensagem (com os dados acima solicitados) para o correio eletrônico sinedino@yahoo.com.**

NOVIDADES PARA OS SÓCIOS DA AEPET:

AEPET FIRMA CONVÊNIO COM A UNIVERCIDADE

A AEPET firmou convênio com a Escola de Ensino Superior UniverCidade para que os associados da Entidade e seus beneficiários tenham descontos em cursos de graduação e pós-graduação naquela instituição. Os laboratórios da UniverCidade têm bibliotecas completas em várias unidades, além de possuírem recursos de informática com a possibilidade de acesso à internet. A UniverCidade tem circuito interno de TV e vários outros recursos a disposição de seus alunos. A UniverCidade tem teatro com três auditórios e um salão de dança, além de ginásios poliesportivos. Para se associar ao convênio AEPET-UniverCidade, é preciso ser associado da AEPET.



LABORATÓRIO RICHET É NOVA ADEÇÃO NO PLANO AMA

A AEPET acaba de firmar um convênio com O Laboratório RICHET - Pesquisas de Physiopathologia Humana Ltda, para atendimento de serviços de Análises Clínicas, Anatomia Patológica, Citopatologia e Citologia para os sócios da Associação. Os serviços a serem prestados estão nos endereços indicados na tabela anexa. Para ser elegível ao uso desses serviços, o sócio (ou dependente), deverá procurar o Laboratório RICHET através dos telefones: (021) 3184-3000. Os benefícios deste novo convênio, a exemplo dos demais feitos pela AEPET, só serão usufruídos pelo beneficiário enquanto o sócio permanecer nos quadros da AEPET. Por ocasião do seu eventual desligamento, cessarão todos os benefícios do convênio.



Análises Clínicas
Anatomia Patológica
Citopatologia
Exames Especiais

RICHET em Casa Coleta Domiciliar



Para saber mais sobre os convênios oferecidos pela AEPET, acesse www.aepet.org.br – Coluna do Associado – ou ligue (21) 2533-1110 - Setor de Benefícios - Margareth Gonçalves ou Ivana Paranhos.

ERRO GRAVE DE GOVERNADORES PREJUDICA RIO DE JANEIRO E O BRASIL

A intenção deles ficou clara quando dois secretários de Cabral (Julio Bueno e Joaquim Levi), o presidente da Cedae, Wagner Victer, além do Senador Francisco Dornelles, defenderam publicamente a continuidade da antinacional Lei 9478/97, de FHC. Essas pessoas não iriam ter essa postura sem o aval do Governo que representam. A luta pelos royalties não pode passar pela concessão a empresas estrangeiras.

Nessa postura desastrosa, os governadores reivindicavam os mesmos percentuais no Pré-Sal que seus estados vinham recebendo. Ou seja, mais de 50% dos royalties e Participação Especial. Com ela criariam um ABU-DHABI no Rio e deixariam o resto do País a ver navios (e plataformas). Eles chegaram a dizer que não tinha sentido o Piauí e outros estados do nordeste receberem royalties. Esqueceram que, se esses estados continuarem pobres, exportarão grandes contingentes de pessoas carentes para povoar favelas no Rio e São Paulo.

Num encontro da bancada do Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia, todos os discursos eram que os royalties do Pré-Sal deveriam ter o mesmo percentual das reservas atuais para o Rio. Na época, ponderamos que o Pré-Sal era uma riqueza superior a R\$10 trilhões, pois tem reservas de petróleo oito vezes maiores que as atuais, e não seria defensável o Rio querer tudo para si, junto com São Paulo e Espírito Santo. Essa postura poderia gerar uma reação nacional contra o Rio. Infelizmente, eu estava certo: a emenda do deputado Ibsen Pinheiro foi um movimento dos outros estados contra a arrogância dos dois governadores. Mas, na ânsia de os calar e beneficiar os demais estados, os deputados não ana-

lisaram com o devido cuidado o efeito tão maléfico da emenda aos dois estados.

Pagar royalties em petróleo, outro grande absurdo

Outro fato, ainda mais grave, ocorreu na tramitação dos projetos: uma emenda desastrosa que o Deputado Henrique Alves introduziu no projeto do Governo. É o § 2º do artigo 42: ele estabelece que o consórcio receba de volta, em petróleo, o valor que vier a pagar pelos royalties. Ou seja, além de não pagar esse imposto, o consórcio ainda recebe de volta um bem altamente estratégico. Não existe esse absurdo em nenhum lugar do mundo.

Temos aí duas lesões graves ao povo brasileiro: 1) o consórcio não paga os royalties, que é um imposto. Quem paga é a União, que deixa de ficar com esses 15%; 2) Esse reembolso em petróleo, o bem mais estratégico do planeta, representa abrir mão de um enorme poder de negociação geopolítica do Brasil.

Estamos no limiar do pico de produção mundial e os países do primeiro mundo estão numa grande insegurança energética. EUA, Europa, Ásia e as empresas que formam o cartel internacional do petróleo não têm reservas, logo, precisam desesperadamente do petróleo. E quem o tiver, terá cada vez maior poder e, com ele, obterá inúmeras vantagens de negociação. Como pode o Brasil abrir mão desse poder, sem qualquer retorno? O Pré-Sal pode transformar o Brasil num país rico e respeitado, desde que saiba exercer a sua soberania com dignidade.

Os Governadores Cabral e Hartung, com sua ação equivocada, criaram um grande problema para seus estados e para o Governo Lula. Se houver veto

à emenda, serão contrariados os interesses de 24 estados brasileiros, que irão derrubar o veto. Seria um desgaste gigantesco do Governo em pleno ano eleitoral.

Quê fazer?

O que podemos fazer? Temos que tirar proveito desta situação inusitada. Se a Câmara admitiu mexer nos contratos e penalizou o Rio e o Espírito Santo, sob o argumento de fazer justiça aos demais estados, muito mais lícito é rever as concessões já efetivadas para explorar os 28% de blocos do Pré-Sal, já licitados. Essas concessões dão vantagens absurdas às multinacionais. E isto faria justiça a todo o povo brasileiro.

Há suportes jurídicos para tal. Exemplo: 1) se as condições contratuais mudaram – a lei vigente previa altos riscos e pesados investimentos, com baixo retorno – o Pré-Sal não tem riscos e tem altíssimo retorno. Não se aplica a Lei feita em outras condições, logo é lícito mudarem-se os contratos já assinados; 2) a Constituição prevê que o direito coletivo prevalece sobre o individual (no caso as contratantes estrangeiras). Portanto, propomos:

- O fim dos leilões, por serem injustificáveis;
- O cancelamento da emenda absurda do relator Henrique Alves, que prevê o ressarcimento, em petróleo, dos Royalties pagos pelo consórcio produtor;
- Revisão da emenda Ibsen Pinheiro, mantendo o ganho dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sem deixar de contemplar os demais estados e municípios da Federação. O Pré-Sal dá para todos.

VAMOS RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA!

Fernando Leite Siqueira
Presidente da AEPET

“LEILÃO É PRIVATIZAÇÃO: O PETRÓLEO É E TEM QUE SER NOSSO”

Mais de 500 pessoas compareceram ao Clube de Engenharia, no dia 22/03, para somar forças à campanha “Leilão é Privatização: O Petróleo é e tem que ser nosso”. O presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian, ressaltou que esta

luta pertence a todo o povo brasileiro. A presidente do Modecon, Maria Augusta Tibiriçá, fez um apelo pela unidade dos brasileiros para que este movimento se amplie e alcance todo o Brasil. Foi apresentado um vídeo com as falas de três personalidades

importantes na defesa da soberania energética do Brasil: Emanuel Cancelli (Sindipetro-RJ), Fernando Siqueira e Paulo Metri (sócio honorário da AEPET). O ato foi organizado por uma série de entidades representativas da sociedade brasileira.

Geopolítica do Petróleo

SOLUÇÃO MELHOR PARA OS ROYALTIES É IMPOSSÍVEL

Paulo Metri

A solução comumente chamada de ovo de Colombo, por solucionar problemas difíceis, existe para o caso dos royalties e, nela, toda sociedade brasileira sai ganhando, quer seja de estados e municípios próximos da produção ou não. Para explicá-la, há a necessidade de se desenvolver alguns pontos.

O primeiro prende-se à correção sobre o conceito do royalty. Diversos políticos têm dito que os campos da plataforma continental estão muito distantes da costa do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e, assim, estes estados e seus municípios não merecem receber royalties para compensação de danos ambientais inexistentes neles. Os royalties servem também para a criação de uma estrutura de apoio em terra que permite a produção dos campos em alto mar. O deputado Ibsen Pinheiro precisa entender que um helicóptero não pode sair de Porto Alegre para levar trabalhadores para uma plataforma em Campos. Também, barcos de apoio, levando frequentemente materiais, equipamentos, peças de reposição, viveres etc, não podem sair de um porto gaúcho para abastecer as plataformas de Campos, de forma econômica competitiva.

Assim, se a emenda do deputado Ibsen passar inalterada no Senado e não for adotada outra solução, a infraestrutura de Macaé, por exemplo, de suporte ao abastecimento de plataformas, com a falta do royalty, ficará comprometida, de forma tal que os suprimentos chegarão com atraso nas plataformas, tendo reflexo na produção de petróleo e gás, e também na arrecadação dos royalties.

Por outro lado, o deputado Henrique Alves, ao apresentar seu substitutivo ao projeto do governo sobre o contrato de partilha, acrescentou um parágrafo, ditando que os concessionários fossem ressarcidos pelos royalties pagos, com petróleo dos respectivos campos. Então, o petróleo da União que está no subsolo é retirado para repor o que as empresas pagaram de royalties. Em outras palavras, existiria uma doação de petróleo da União que, com a emenda Ibsen Pinheiro, em última instância, vai parar nos cofres de todos estados e municípios brasileiros. E as empresas constituintes dos consórcios, na prática, não pagariam mais os royalties.

O ovo de Colombo consiste de várias ações simultâneas. Em primeiro lugar, a emenda Ibsen Pinheiro seria validada no Senado. Depois, o ressarcimento dos royalties pagos pelos consórcios com petróleo da União cairia no Senado. Em compensação, o Senado aprovaria uma emenda que remetia o mesmo petróleo da União, que iria ser destinado para os concessionários no item anterior, para os estados e municípios que servem como bases de apoio ou por onde são transportados o petróleo e o gás. Nesta alternativa, todos os estados e municípios brasileiros ganham como quer Ibsen Pinheiro, ganham os estados e municípios apoiadores, a União não perde mais nada além do que já estava perdendo e é corrigido o disparate das empresas não estarem pagando royalty. **Esta idéia surgiu na Associação de Engenheiros da Petrobrás – AEPET e vamos convir que melhor é impossível.**

A proposta descrita refere-se a futuros campos da camada do pré-sal. Com relação à decisão contida na emenda Ibsen de mexer também na regra dos royalties da camada do pós-sal e de campos já em produção, trata-se de rasgar contratos, o que é inaceitável e espera-se sua revogação a bem da racionalidade. Na proposta feita, os estados e municípios comercializarem o petróleo recebido da União para poderem ficar com os recursos gerados é impossível. Para resolver, a emenda conteria a obrigação da Petrobrás de comercializar este petróleo, sem ser possível vender para si própria e através do recebimento de uma mínima taxa.

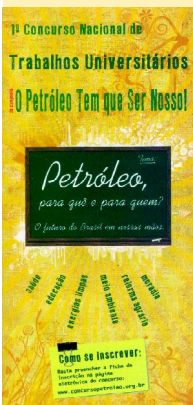
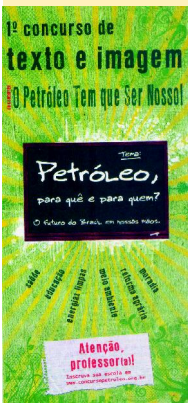
Paulo Metri – Diretor Técnico do Clube de Engenharia e sócio honorário da AEPET - Associação dos Engenheiros



Você pode superar mais essa barreira: o medo de falar da violência. Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Ligue 180



4 AEPET Notícias



Continuação da pág 01

TERCEIRIZAÇÃO NA PETROBRÁS

Tal fato, além de caracterizar um flagrante desrespeito ao profissional contratado, traz como consequência uma insegurança àqueles que continuam, pois estarão da mesma forma vulneráveis a este tipo de atitude, deteriorando o ambiente positivo tão desejado para a força de trabalho da Petrobrás.

Entendemos que é um mecanismo de coação, pois são subtraídos valores devidos aos empregados, que constaram da planilha

de custos da empresa contratada e foram pagos pela Petrobrás.

Certamente é do interesse da direção da companhia encontrar mecanismos que venham a evitar que fatos como este se repitam no futuro, pois sua imagem acaba sendo envolvida no processo.

Propostas

Algumas sugestões tem surgido no meio das discussões. Uma delas recomenda que o terceirizado deveria receber o

mesmo salário do empregado próprio, como forma de desestimular a terceirização para redução de custos. Da mesma forma, deve ser proporcionado treinamento adequado, para reduzir o número de acidentes no trabalho, maior entre empregados terceirizados.

A discussão é longa e complexa, mas deve fazer parte das responsabilidades de todos os setores envolvidos: empresas, entidades e empregados.



Diomedes Cesário da Silva é Vice-Diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET.

CONSELHO DELIBERATIVO DA AEPET DISCUTE OS RECURSOS HUMANOS DA PETROBRÁS

O Conselho Deliberativo da AEPET se reuniu no dia 20 de março, na sede da entidade, no Centro do Rio de Janeiro, para analisar e deliberar ações em função de uma série de assuntos referentes à política de Recursos Humanos da Petrobrás.

Sobre as ações na justiça dos empregados (ativos e aposentados) da Petrobrás, coube ao diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET, Paulo Teixeira Brandão, falar sobre o tema. Ele destacou que as pendências judiciais, entre elas, a que está sendo julgada no STF (Supremo Tribunal Federal), apreciam sobre a competência da Justiça do Trabalho nas ações dos participantes da Petros.

Foi informado que a Fenaspse entrará na justiça para fazer valer o direito dos aposentados. O

Sindipetro-RJ deve comparecer aos julgamentos no STF, para se posicionar sobre o apoio aos aposentados. Existem 50 mil ações contra a Petros e a Petrobrás sobre a questão das complementações dos aposentados e dos funcionários da ativa. A maioria das pessoas não está satisfeitas com a administração da Petros. Fernando Siqueira deu seu informe sobre a criação da Previc, que tem órgãos de fiscalização, regulação e de controle sobre os fundos de previdência privados.

Foi demonstrado, também, notadamente sobre a AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde) que a atual administração da Petrobrás pretende privatizar este serviço essencial. Tal proposta é resultado da interferência da legislação norte-americana

na política Recursos Humanos da Petrobrás. O objetivo é a diminuição dos custos, com consequente maximização dos lucros aos acionistas brasileiros, norte-americanos, entre outros. Foi proposto que este tema seja melhor esclarecido aos petroleiros.

Outro painel tratou sobre "Os desafios da Petrobrás até 2020", que levam à flexibilização no recrutamento de pessoal. A política de RH da Empresa não tem estratégia de longo prazo, por isso trata um série de benefícios como custo, não como investimento em capital humano. O sistema de remuneração é atrasado e variável, por isso não atrai os novos talentos e nem contribui para assegurar os atuais técnicos. Como consequência, estes profissionais são atraídos por

empresas privadas concorrentes, inclusive multinacionais.

Sobre a atuação da AEPET na defesa dos interesses dos seus associados, foi aprovado que seja realizado um histórico das lutas da entidade ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, a partir da Constituinte de 1988 aos dias atuais. A AEPET conseguiu com a sua posição coerente e nacionalista manter a sua linha política em defesa da Petrobrás e das riquezas do Brasil. Os sócios das entidades estão, paulatinamente, tendo seus benefícios ampliados [confira na página 2]. Há a proposta de novos convênios com universidades, cursos de línguas e de informática com os núcleos da AEPET em diversos estados brasileiros.

(JCFL)

SINDIPETRO-RJ LANÇA CONCURSOS "PETRÓLEO, PARA QUÊ E PARA QUEM? O FUTURO EM NOSSAS MÃOS"

Desenvolver a reflexão nas(os) estudantes sobre a necessidade de construção de um projeto popular para o país a partir da exploração do nosso petróleo. Este é o objetivo de dois concursos inéditos lançados pelo Sindipetro-RJ, em 24/03/2010, para estudantes do ensino infantil ao universitário. Tema central: "Petróleo, para quê e para quem? O futuro em nossas mãos". O 1º Concurso Nacional de Trabalhos Universitários premiará nas modalidades: áudio, vídeo, texto literário, texto acadêmico, texto jornalístico, trabalhos digitais, artes plásticas, desenho fotografia e criatividade livre. O 1º Concurso de Texto e Imagem, que abrange a educação, infantil, fundamental e ensino médio, premiará trabalhos nas modalidades: texto e imagem. Não perca esta oportunidade e faça logo a sua inscrição. Prazo até 07/06/2010. Envie mensagem para contato@concursoptroleo.org.br. Visite o portal www.concursoptroleo.org.br, para conhecer os regulamentos, como se inscrever, entre outras informações.

Deu no AEPET .::DIRETO

PETRÓLEO: ATÉ A ÚLTIMA GOTA

O portal independente português "Resistir" noticiou a disparidade dos EUA em relação ao consumo de petróleo. O país importa cerca de 57% do petróleo que consome, sendo que a produção mundial está estagnada em cerca de 85 milhões de barris/dia. Há um claro declínio da produção da matéria-prima, segundo opinião de especialistas sérios. O Resistir publicou um gráfico de Hirsch, que mostra a presente análise. O anúncio do presidente dos EUA, Barak Obama, de que irá perfurar novas zonas no "offshore" da costa Oeste e do Alasca, segundo o Resistir, tem tudo com a conjuntura acima citada. Os EUA querem raspar até a última gota de petróleo, numa tentativa de adiar as consequências do Pico Petrolífero e da alta dependência estadunidense pela matéria prima, no consumo interno e nas bases militares instaladas em diversas partes do mundo. Resistir destacou, também, que de acordo com o secretário do Interior, Ken Salazar,

nas áreas que agora serão exploradas haverá 39 a 63 bilhões de barris de petróleo recuperáveis. Admitindo que isto seja verdade, continuou Resistir, e que se possa realmente recuperar este óleo até à última gota (e sem considerar os custos de extração), estas reservas seriam suficientes para 459 a 741 dias do consumo mundial. E depois? **Esta interrogação lançada pelo portal Resistir cabe, também, para o Brasil, onde suas autoridades insistem em manter os leilões do petróleo, inclusive na nova legislação do petróleo em processo de conclusão no Congresso Nacional. Ou seja, querem exaurir em leilões um bem cada vez mais estratégico para o desenvolvimento do País, quando as reservas mundiais estão cada vez mais baixas e a oferta mundial estagnada.**

(Resistir.info/Redação)

